

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ano 2023 - Exercício 2022



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL	03
2. POLÍTICAS PÚBLICAS	04
2.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais	04
2.2. Políticas públicas	05
2.3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas	05
2.4. Recursos para custeio das políticas públicas	06
2.5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas	06
2.6. Comentários dos administradores	07
2.7. Outras informações relevantes sobre os objetivos de políticas públicas.....	08
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA	17
3.1. Atividades desenvolvidas	17
3.2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco	18
3.3. Fatores de risco	21
3.4. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho	22
3.5. Políticas e práticas de governança corporativa	26
3.6. Descrição da composição e da remuneração da administração	27
3.7. Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança)	28

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2022.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

Identificação

- CNPJ: 04.902.979/0001-44
- NIRE 1500005132
- Sede: Belém/Pará.
- Tipo de estatal: Sociedade de Economia Mista.
- Acionista controlador: União.
- Tipo societário: sociedade anônima.
- Estrutura de capital: aberto
- Setor de atuação: financeiro

Diretor de Relação com os Investidores

- Fábio Yassuda Maeda
- Telefone: (91) 4008 3535
- e-mail: fabio.maeda@bancoamazonia.com.br

Audidores independentes no ano-base

- KPMG Auditores Independentes
- Anderson Luiz de Menezes (Contador)
- Telefone: (31) 2128-5700
- e-mail: almenezes@kpmg.com.br

Conselho de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

- Andrea Maria Ramos Leonel
CPF:104.434.358-39
- Valdecir José de Souza Tose
CPF: 560.192.542-91
- Antônio Carlos Villela Sequeira
CPF:667.498.597-04
- Maria Abadia da Silva Alves
CPF: 966.722.346-91
- Inácio Vieira Cruz
CPF: 283.425.852-04
- Lauro Arcângelo Zanol
CPF: 198.625.390-20

Data de divulgação: 30/05/2023

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

2. 1. Interesse público subjacente às atividades empresariais

O Banco da Amazônia S/A, instituição financeira pública federal criada em 1942, é constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, sob controle do Governo Federal.

A Lei 5.122/1966, em seu Art. 1º, dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A. Conforme o Art. 1º dessa lei, o Banco de Crédito da Amazônia S. A., instituição financeira pública (nos termos do art. 22 da Lei nº 4.595/1964), passou a denominar-se Banco da Amazônia S.A. Dentre às suas atribuições (objetivos sociais) previstas em Lei e no capítulo 1º, artigo 4º do Estatuto Social, estão:

Executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico social



Prestar serviços e realizar todas as operações inerentes a atividade bancária

Exercer as funções de agente financeiro dos órgãos federais de desenvolvimento.



2.2. Políticas públicas

A execução dos recursos públicos (operações de créditos) é realizada anualmente por meio de programas de financiamentos, seguindo as diretrizes e orientações gerais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e pelas prioridades setoriais e espaciais definidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento (PNDR). A atuação dos programas compreendem uma extensa e desafiadora área territorial composta pelos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins), onde existem localidades em que a iniciativa privada não têm interesse econômico em conceder crédito, demonstrando a necessidade de atuação do Banco para corrigir esta falha de mercado.

2.3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Tendo como base a disponibilidade prevista para a contratação das operações de crédito com recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), BNDES, CPR, LCA e ROB em 2023, mediante estimativas realizadas considerando as potencialidades e oportunidades de investimentos colhidas junto aos parceiros institucionais, órgãos governamentais e demais instituições, assim como a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, foi configurada a matriz espacial da distribuição dos nossos recursos com o propósito de dinamizar a economia regional e maximizar os resultados das contratações.

DISTRIBUIÇÃO POR PORTE DE BENEFICIÁRIO		
PORTE	R\$ Milhões	%
Microempreendedor Individual, Mini/Micro e Pequeno	5.478,85	Mínimo de 51%
Médio e Grande	5.263,99	Máximo de 49%
Total	10.742,85	100%

PREVISÃO DE APLICAÇÃO POR UF	
UF/Destinação	R\$ Milhões
Acre	501,35
Amapá	501,35
Amazonas	902,42
Pará	3.058,21
Rondônia	2.203,92
Roraima	501,35
Tocantins	2.356,33
Subtotal	10.024,93
FIES	2,01
BNDES	50,00
CPR, LCA e ROB	665,91
Total	10.742,85



**UM BANCO QUE CONHECE
AS NECESSIDADES DA NOSSA REGIÃO**

2.4. Recursos para custeio das políticas públicas

Os recursos utilizados pelo BASA são provenientes dos Fundos Constitucionais, conforme estabelecido pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em conformidade com o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal. O FNO é financiado com 0,6% da arrecadação de 3% sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União. Além disso, o FNO também utiliza recursos provenientes de seus próprios retornos e resultados, remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados e disponibilidade de exercícios anteriores. Também disponibilizamos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), CPR, LCA, ROB e RPL.

[Clique na figura para acessar a Lei 7.827/89](#)



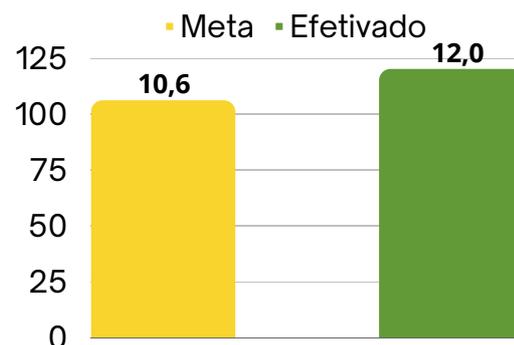
2.5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Os programas de políticas públicas do Banco da Amazônia foram criados para proporcionar a convergência entre os recursos financeiros disponibilizados e o conjunto de atividades contempladas, visando proporcionar impactos eficientes por meio da consecução de crédito para os segmentos e pessoas mais necessitadas da sociedade amazônica.

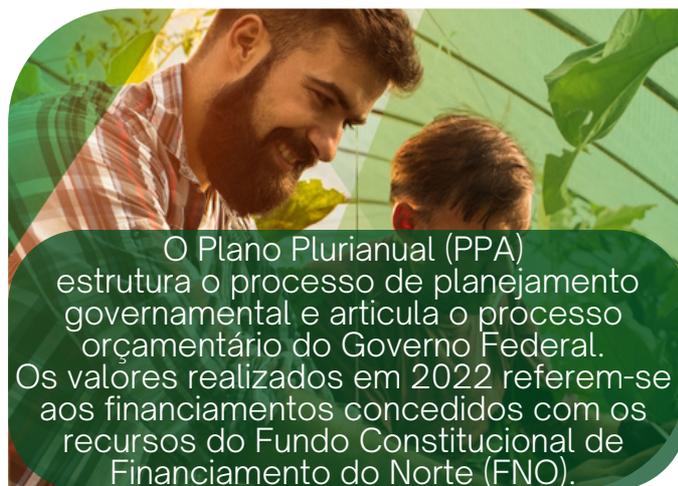
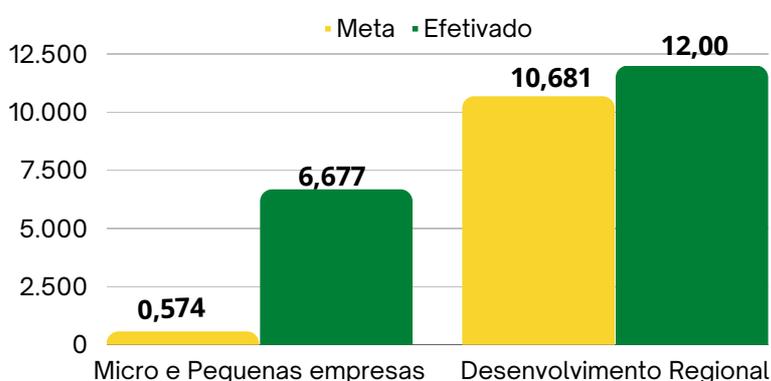
Políticas Públicas	Recursos a serem empregados	Origem dos Recursos	Previsão de recursos da carta anterior	Recursos empregados	Fórmulas dos Indicadores de Resultado	% de Execução indicador
PRONAF	1.002,69	FNO e ROB	1.116,48	718,40	ICP = (Valor Contratado do PRONAF em 2022 / Meta do PRONAF em 2022)* 100	64,34
FNO Amazônia Rural	5.013,47	FNO (União)	4.423,33	8.313,27	IAR = (Valor Contratado do Amazônia Rural em 2022 / Meta do Amazônia Rural 2022)* 100	187,94
FNO Amazônia Empresarial	1.992,35	FNO (União)	2.256,59	1.974,20	IAE = (Valor Contratado do Amazônia Empresarial em 2022 / Meta do Amazônia Empresarial 2022)* 100	87,48
Subtotal	8.008,51		7.796,40	11.005,87		141,16
FNO Amazônia FIES	2,01	FNO (União)	2,47	2,13	IAR = (Valor Contratado do Amazônia FIES em 2022 / Meta do Amazônia FIES 2022)* 100	86,23
BNDES	50,00	União	210,00	27,68	IAR = (Valor Contratado do BNDES em 2022 / Meta do BNDES 2022)* 100	13,18
CPR, LCA, ROB e RPL	665,91	União e Recursos Próprios	512,60	1.837,39	IAR = (Valor Contratado do CPR, LCA, ROB e RPL em 2022 / Meta do CPR, LCA, ROB e RPL de 2022)* 100	258,44
Total	8.726,43		8.521,47	12.873,07		151,06

O Banco da Amazônia contribui para o desenvolvimento regional sustentável por meio de iniciativas que integram o **PPA 2021-2023** do Governo Federal. Essas iniciativas refletem em indicadores que demonstram o impacto das políticas públicas de fomento nas áreas de indústria, comércio, agronegócio, turismo, informática e infraestrutura. O Banco da Amazônia atende tanto a pessoas físicas quanto a jurídicas, incluindo profissionais liberais, micro e pequenas empresas e municípios, com linhas de crédito adequadas às suas necessidades e aos objetivos estratégicos do PPA.

Resultado PPA em 2022 (R\$ bilhões)



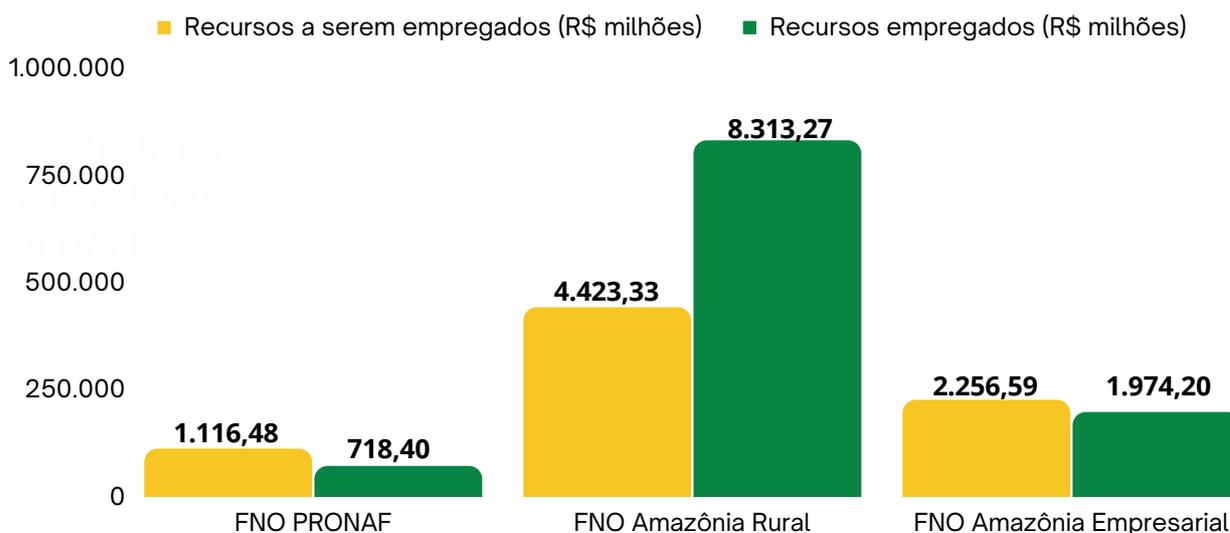
Resultado PPA em 2022 (R\$ bilhões)



2.6. Comentários dos administradores

Considerando o cenário complexo e desafiador da região amazônica, marcado por dificuldades territoriais e baixos índices de desenvolvimento humano, social e econômico, o Banco da Amazônia tem se destacado por sua eficiência e eficácia na gestão de recursos públicos. Com uma abordagem na obtenção de resultados financeiros sólidos, a Instituição tem sido capaz de superar as adversidades locais e contribuir para o crescimento econômico sustentável da região. Nesse contexto, foi superada a meta prevista para 2022 em relação às operações de crédito contratadas no âmbito das políticas públicas do Governo Federal. No total, foi contratado **R\$ 13,73 bilhões**, ultrapassando a meta de **R\$ 11,88 bilhões**. Dentre as políticas públicas, destacou-se o FNO Amazônia Rural, cujas contratações superaram a meta em mais de **80%**.

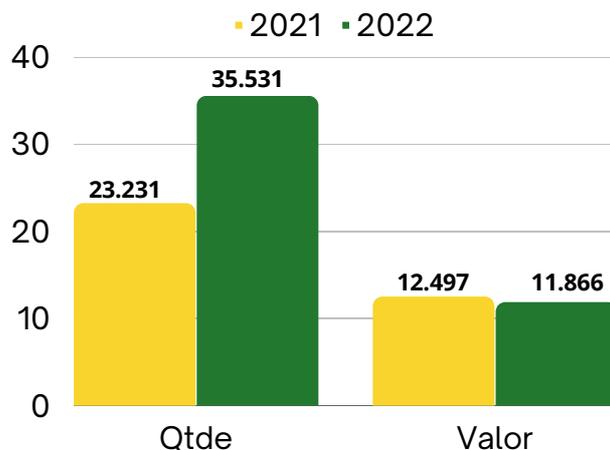
Previsão/Aplicação de Recursos em 2022



2.7. Outras informações relevantes sobre os objetivos de políticas públicas

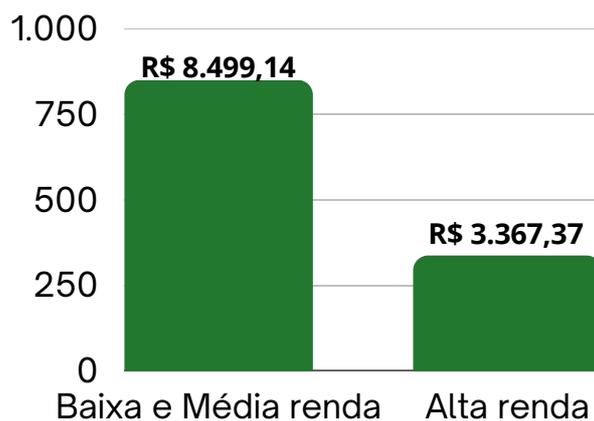
Em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), principal fonte de financiamento do Basa, houve redução de **5,04%** nos valores contratados e crescimento de **52,94%** na quantidade de operações realizadas em comparação com o ano de 2021.

É relevante mencionar que esses recursos foram contratados de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), o que demonstra o compromisso da instituição em contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.



Alinhada às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), **R\$ 8.499,14 milhões (71% do volume total aplicado) do FNO** foi direcionado aos municípios classificados como de **baixa e média renda**, com montante distribuído em **30.999 operações**, correspondendo a **87%** da quantidade total.

Em comparação ao ano anterior, o crescimento da aplicação em municípios de baixa e média renda foi de **34,08%** (**R\$ 6.338,40 milhões contratados em 2021**).



Contratações dos municípios da faixa de fronteira

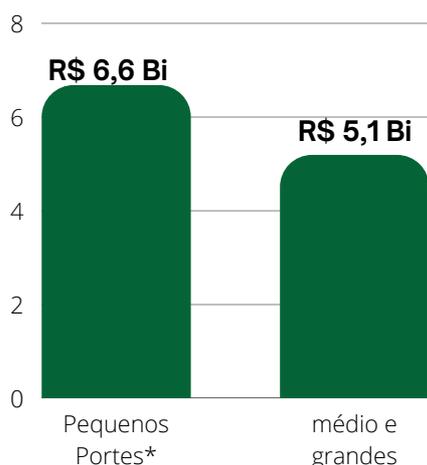
No exercício de 2022, os municípios localizados na **Faixa de Fronteira da Região Norte**, que são as áreas prioritárias para os financiamentos, receberam uma atenção especial na concessão de crédito de fomento (FNO). Todos os municípios foram atendidos com financiamentos, totalizando o valor de **R\$ 2,8 bilhões**, com a contratação de **9.469** operações de crédito.

Esses números evidenciam o compromisso do Banco da Amazônia em promover o desenvolvimento dessas regiões prioritárias por meio da concessão de crédito que geram emprego e renda.

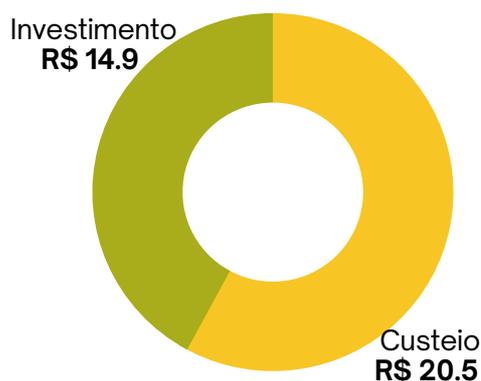
Foi destinado **56%** dos recursos do FNO para financiamento aos pequenos empreendedores, o que correspondeu a **R\$ 6,6 bilhões** em operações de crédito. Esse montante foi direcionado aos produtores familiares, cooperativas, mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, que representaram a base da maior geração de emprego e renda na economia local. Essa iniciativa foi fundamental para estimular o desenvolvimento econômico dessas regiões, uma vez que esses empreendedores têm grande potencial de contribuir para o crescimento e a sustentabilidade da economia local.

Do total de contratações realizadas em 2022, **42%** foram destinadas aos projetos de **investimento** e **58% em custeio**, que propiciaram sustentabilidade aos negócios e dinamização da economia local, gerando emprego e renda por meio do efeito multiplicador do crédito.

Contratação por porte do tomador (R\$ bilhões)



Contratação por finalidade (R\$ milhões)



*Mini/Micro, Pequeno, Pequeno-Médio



06 Estados do Norte



97 municípios atendidos

Usando a metodologia da Matriz Insumo-Produto (base 2002), foram estimados os impactos socioeconômicos dos financiamentos nas atividades produtivas rurais e urbanas na região da Amazônia Legal (figura abaixo).

Em 2022, o Banco contratou um total de **R\$ 11,8 bilhões** em operações do FNO para o desenvolvimento econômico e social da região, aumentando a produção, renda, benefícios e arrecadação de impostos, além de gerar fluxos de rendas em outras regiões e impactos positivos para a população e o meio ambiente.

Projeção dos benefícios socioeconômicos Matriz Insumo Produto (MIP)



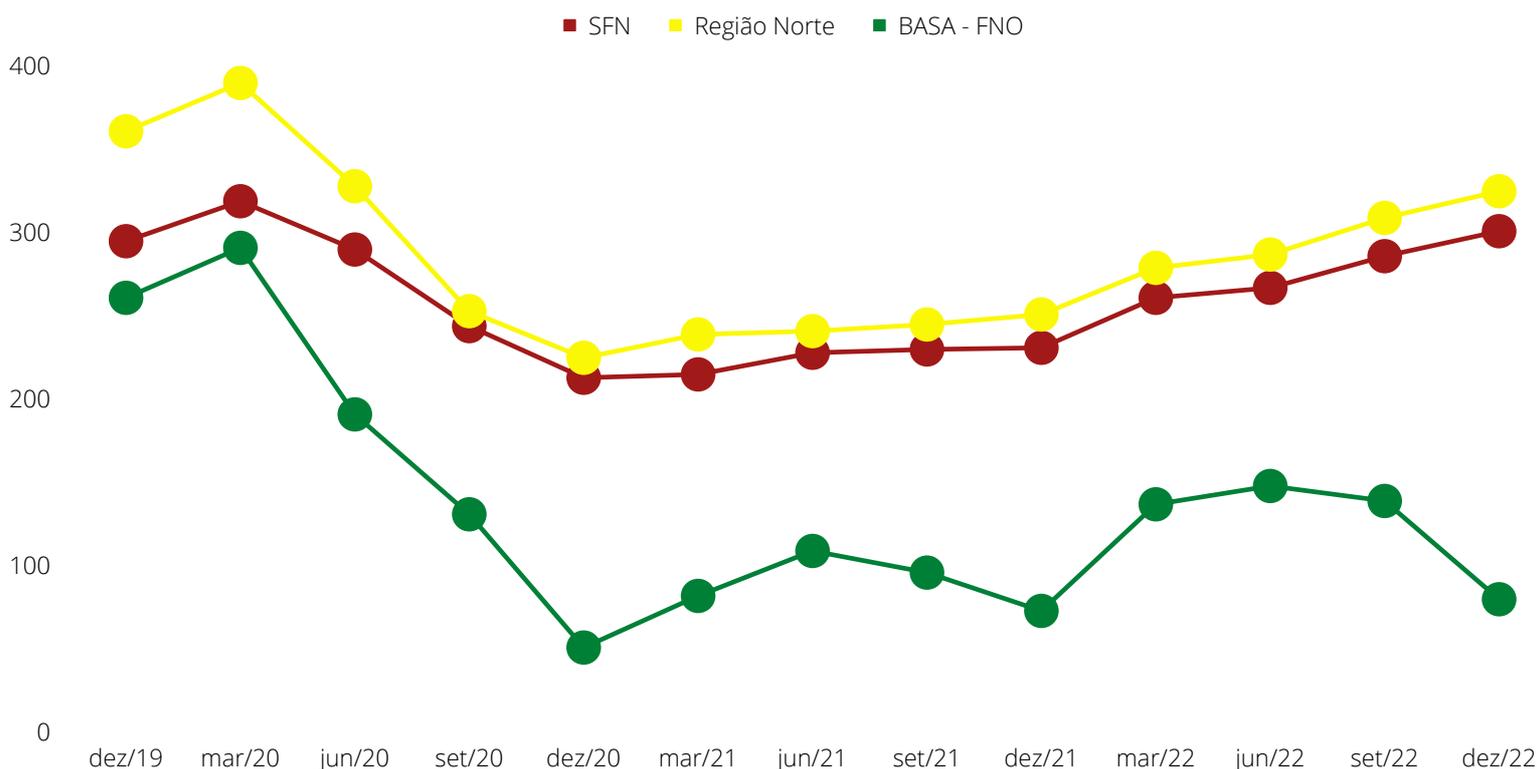
O Banco da Amazônia atuou com eficiência na gestão dos recursos públicos, mesmo diante dos desafios que envolvem a vasta dimensão territorial e os baixos índices de desenvolvimento humano, social e econômico da região amazônica, mantendo um excelente desempenho financeiro, com retornos positivos sobre o patrimônio líquido e níveis de inadimplência controlados, sempre respeitando os patamares estabelecidos para o uso responsável dos recursos públicos disponíveis.

O Basa tem demonstrado um controle eficiente sobre o nível de inadimplência em

comparação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), mesmo com a evidência da dificuldade em implementar políticas públicas que priorizem investimentos de longo prazo e apoiem empreendedores de menor porte, que apresentam maior risco de crédito.

Dados indicam expansão da carteira de crédito com qualidade e taxa de inadimplência inferior quando comparada com o resultado nacional e da Região Norte, o que é um claro sinal da eficiência da gestão de risco de crédito.

Comparativo do índice de inadimplência



As ações de **microcrédito** apoiam os pequenos empreendedores da região amazônica e oferecem linhas de crédito acessíveis e simplificadas para investir em seus negócios. O microcrédito tem benefícios relevantes para a sociedade amazônica, pois gera emprego e renda, estimula o desenvolvimento local e incentiva a sustentabilidade ambiental.

O Banco da Amazônia possui dois programas de microcrédito: o **Amazônia Florescer Rural** e o **Amazônia Florescer Urbano**, os quais atendem diferentes segmentos e necessidades dos empreendedores.

Em 2022, o Basa financiou mais **R\$ 260 milhões** (crescimento de **20,87%** na comparação com o ano anterior), sendo que **64%** foram destinados para as mulheres empreendedoras.



Mulheres
R\$ 169 milhões



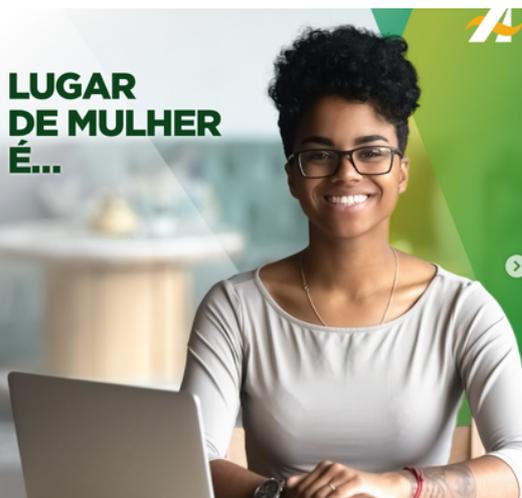
Homens
R\$ 91 milhões



Contratação para 2023 - R\$ 300 milhões

31 unidades de Microfinanças (inauguração de mais 7 unidades em 2022)

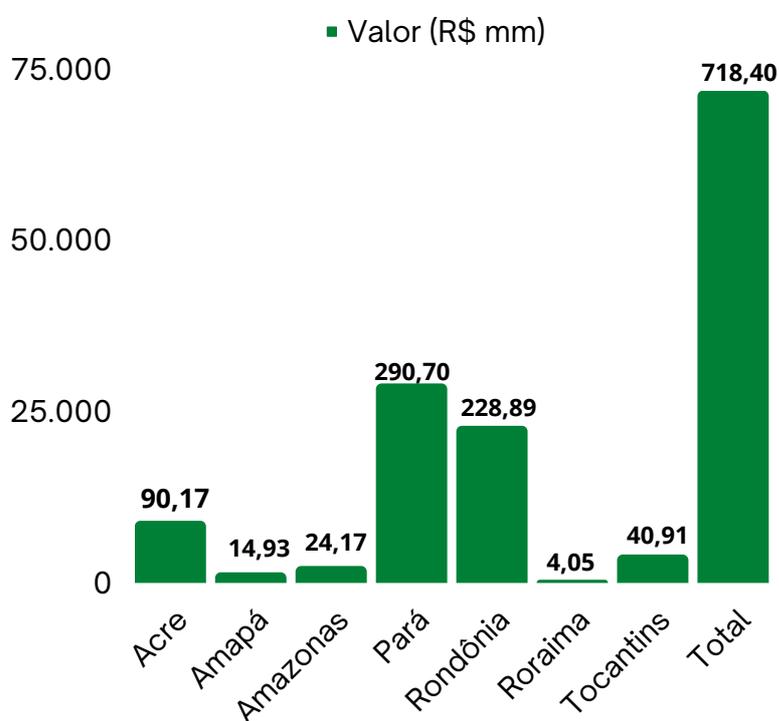
Cobertura em toda a região Norte do Brasil



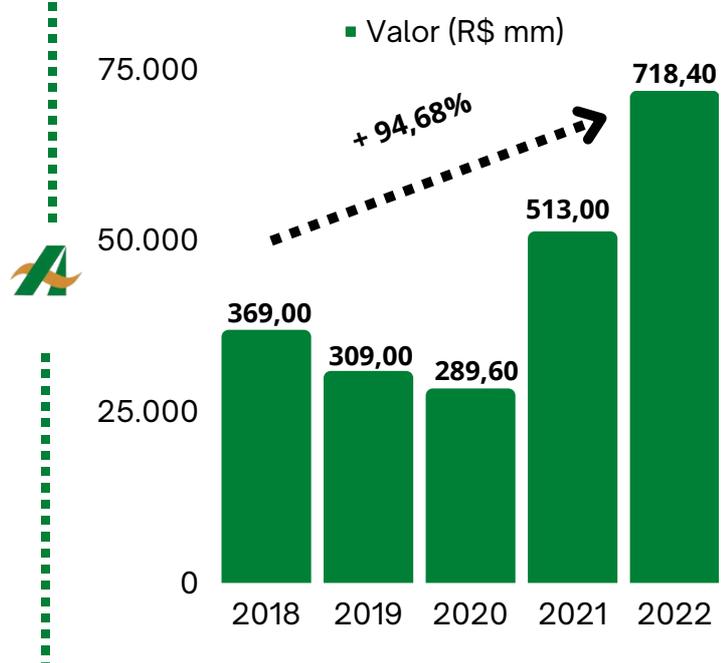
O **Programa de Agricultura Familiar (PRONAF)** é uma iniciativa do Governo Federal que apoia os pequenos produtores rurais com crédito facilitado e juros mais baixos do que o praticado no mercado. Em 2022, o programa registrou um aumento significativo na demanda. Foi financiado **R\$ 718,4** milhões para a agricultura de base familiar, beneficiando 19.285 clientes, crescimento de 165,7%, em comparação a 2021, quando foram atendidos 7.257 clientes.

Esses números mostram o potencial e a importância da agricultura familiar e do BASA para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Legal.

Contratações PRONAF em 2022 / UF (FNO)



Contratações PRONAF (2018 à 2022)



**Basa Digital
facilita acesso
ao financiamento
por meio do Pronaf**



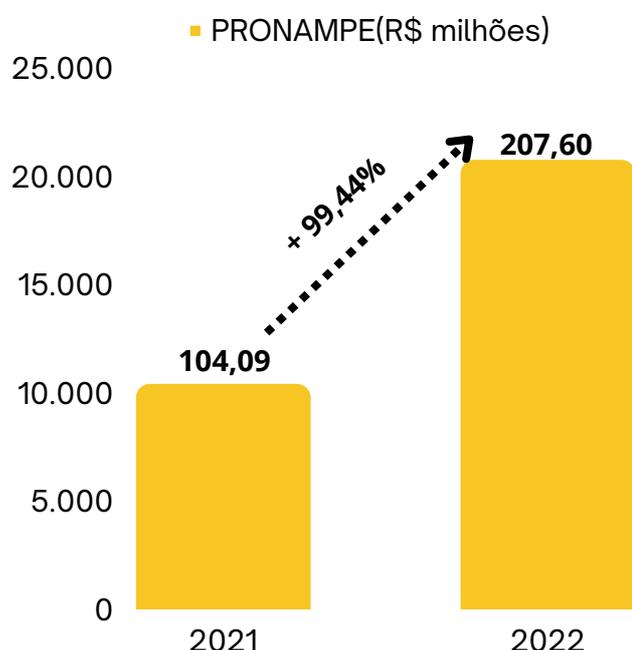
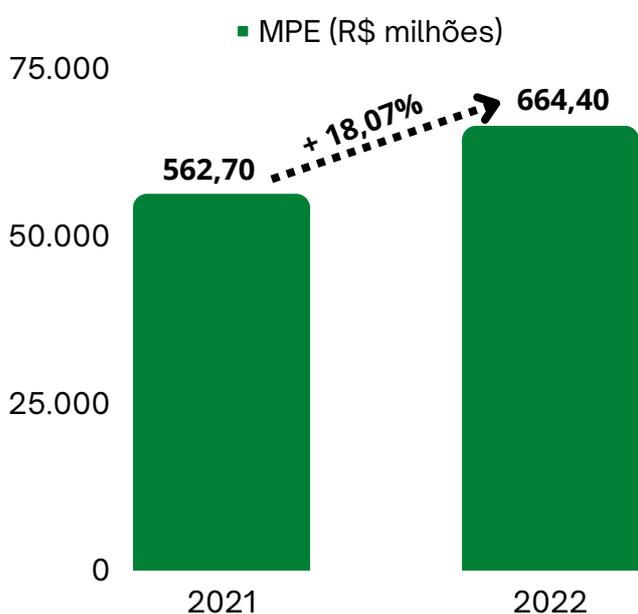
Em 2022, o BASA realizou **16.842 (68% das operações do PRONAF)** operações de crédito por meio da sua plataforma digital - **Basa Digital**.

Essas operações somaram **R\$ 314,4 milhões** em financiamentos para diversos setores da economia na Região Norte do país, demonstrando o compromisso do Basa com a inovação digital e o desenvolvimento sustentável e incluyente da Amazônia Legal.

O **Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE)** é uma iniciativa fundamental do Governo Federal para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Foi criado para diminuir os impactos da Pandemia de Covid-19, e depois, se tornou permanente.

O Banco da Amazônia tem sido um grande aliado na implementação do programa na Amazônia Legal, investindo cerca de **R\$ 207 milhões** em 2022 em apoio às micro e pequenas empresas regionais.

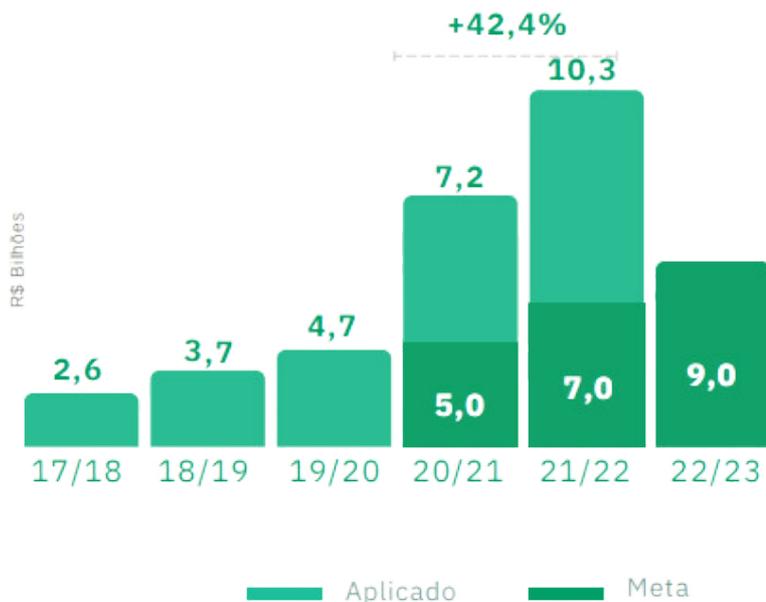
Além disso, é importante destacar que o PRONAMPE também dispõe de uma linha de crédito destinada aos **microempreendedores individuais (MEIs)**, um segmento crucial para a economia. O apoio financeiro a esses empreendedores tem sido fundamental para o fortalecimento dos negócios.



Plano Safra

O Basa é um importante agente no fomento à agricultura familiar e no desenvolvimento rural na região da Amazônia Legal, assumindo um papel de destaque no **Plano Safra 2021-2022**, ao disponibilizar **R\$ 10,3 bilhões** (47,14% superior a meta de aplicação, correspondente a **R\$ 7 bilhões**).

Em relação ao Plano Safra 2022-2023, até dezembro de 2022 foi investido o valor de **R\$ 2,9 bilhões** (32,22% da meta de aplicação, no valor de **R\$ 9 bilhões**). São recursos financeiros e linhas de crédito diferenciadas para os pequenos produtores rurais da região, contribuindo assim para o aumento da produção e da produtividade agrícola.



O Plano Safra é uma importante iniciativa de apoio ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura de base familiar.

R\$ 28 bilhões,
Aplicados nas últimas
5 safras

R\$ 10,3 bilhões,
Plano Safra
21/22

R\$ 2,9 bilhões
Plano Safra 22/23 (até
dezembro/2022)

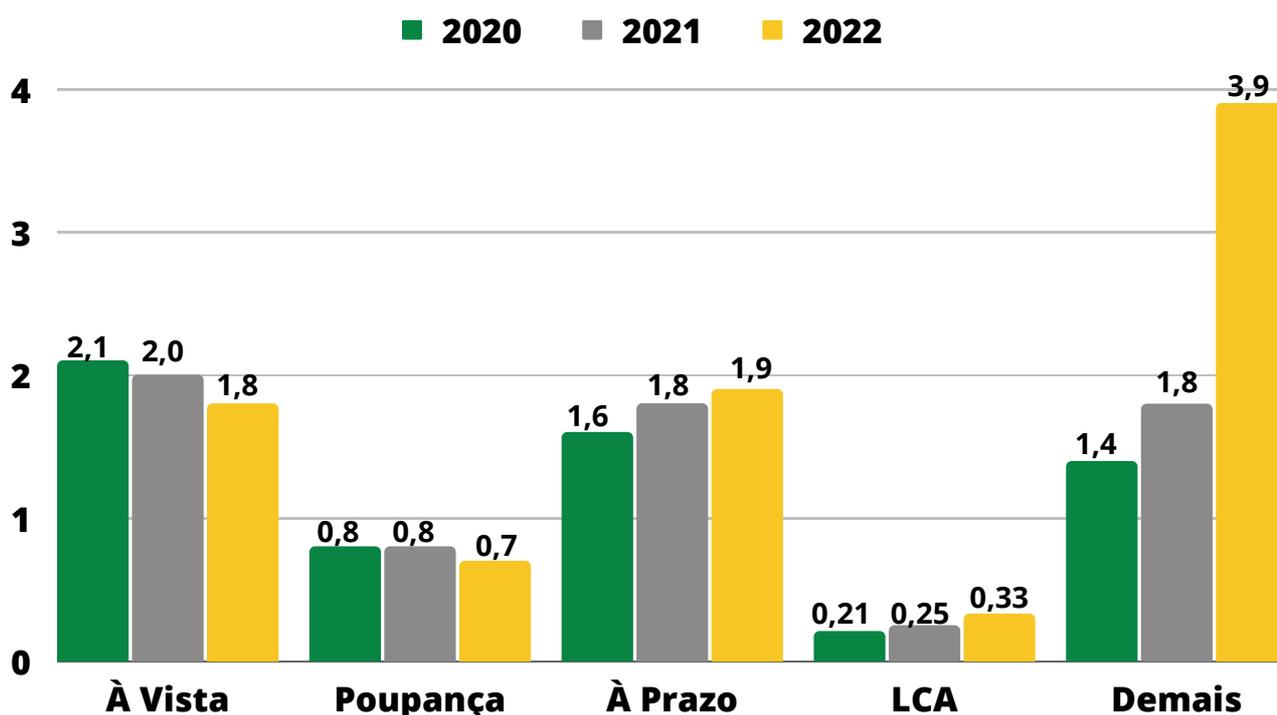
O PLANO SAFRA 2023 ESTÁ AINDA MAIOR!!!

São **R\$ 9 bilhões** para fomentar o investimento e crescimento da região amazônica.

O compromisso do Basa com a sociedade da Amazônia Legal vai além dos recursos públicos disponibilizados. O Basa também investe com recursos próprios, provenientes das captações no mercado, que fomentam o desenvolvimento sustentável da região.

Essas captações tiveram um crescimento expressivo nos últimos anos. Em 2022, o saldo foi de **R\$ 8,7 bilhões**, um aumento de **29,8%** em relação ao saldo de **R\$ 6,7 bilhões** registrado no final de 2021. Esse incremento se deve principalmente ao crescimento de **125,8%** em depósitos especiais e **3,3%** em depósito a prazo.

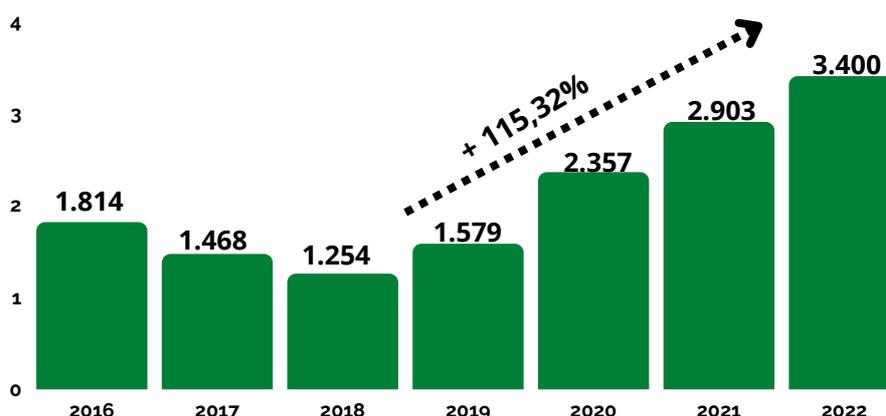
Captação de Recursos (R\$ milhões)



O Banco da Amazônia tem como objetivo apoiar o desenvolvimento econômico e social dos empreendedores, oferecendo recursos de fomento e crédito comercial adequados às suas necessidades. Para isso, tem buscado diversificar suas fontes de captação de recursos, aumentando a disponibilidade e a competitividade dos empréstimos e financiamentos.

Além disso, investe na ampliação e na qualidade da carteira de crédito comercial, visando atender as demandas emergenciais e complementares dos clientes.

Crédito Comercial (R\$ milhões)



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

<h2>MISSÃO</h2>  <p>Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes.</p>	<h2>VISÃO</h2>  <p>Ser o principal Banco de desenvolvimento da Amazônia, inovador com colaboradores engajados e resultados sólidos.</p>	<h2>VALORES</h2>  <p>TrAnsparencia Meritocracia ÉticA ValoriZação do cliente RespOnsabilidade INovação DIversidade SustentAbilidade</p>
--	--	--

3.1. Atividades desenvolvidas

O Basa é o **principal** agente do Governo Federal na Amazônia Legal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, voltadas ao desenvolvimento econômico e social da região e mantém seu posicionamento focado no investimento em atividades produtivas locais, que são propulsoras na geração de emprego e renda, de forma alinhadas às diretrizes governamentais.

Nesse contexto, a carteira de crédito de fomento é destacada em relação a carteira de empréstimos com recursos próprios, considerando que historicamente, as condições dos recursos disponibilizados pela União para fomentar as atividades produtivas possuem condições diferenciadas e que

proporcionam a equidade para os empreendimentos localizados nas regiões mais carentes de desenvolvimento social.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) é o principal instrumento de desenvolvimento da Amazônia, e junto com outras fontes de recursos do BASA, responde por mais de **62%** do crédito de fomento da Região Norte do país, em 2022.

O FNO atua com protagonismo na Região, com alinhamento de suas aplicações à:

- Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e,
- Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia Legal (PRDA).



3.2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco

A nossa Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) é aplicada em todos os nossos processos corporativos para gerenciar de forma contínua e integrada os riscos e o capital do Banco. Ela fornece princípios e diretrizes em conformidades aos normativos vigentes, ao nosso Planejamento Estratégico e ao apetite a risco definido pelas alçadas competentes.

A seguir apresentamos e conceituamos, respectivamente, os principais riscos que trabalhamos para mitigar, bem como seus respectivos instrumentos de controle:

RISCO	Conceito	Instrumento de Controle
Risco de crédito	é o risco de perda financeira resultante da inadimplência ou insolvência do tomador de empréstimo ou da contraparte em uma transação financeira.	Fiança bancária, hipoteca e alienação fiduciária
Risco de mercado	é o risco de perda financeira resultante de flutuações nos preços de mercado de ativos financeiros (ações, títulos, moedas, commodities, etc.)	Teste de estresse, análise de sensibilidade e VAR
IRRBB	é o risco de perda financeira resultante de mudanças nas taxas de juros que sofreram o valor dos ativos e passivos financeiros de uma instituição.	Δ EVE E Δ NII
Risco operacional	é o risco de perda financeira resultante de falhas, erros ou inadequações em processos, pessoas, sistemas ou eventos externos.	Gerenciamento da base de perdas operacionais
Risco de liquidez	é o risco de perda financeira resultante da incapacidade de uma instituição financeira de honrar suas obrigações de pagamento no momento adequado.	Teste de estresse e ILC
Risco cibernético	é o risco de perda financeira resultante de ataques virtuais a sistemas de informação, como invasão de computadores, roubo de informações ou sequestro de dados.	PRI (Plano de Resposta a Incidentes) e as Ferramentas de segurança da informação
Risco de integridade	é o risco de perda financeira resultante de práticas alcançadas ou ilícitas de negócios, como corrupção, fraude ou lavagem de dinheiro.	Termo de Adesão ao Código de Ética
Risco legal	é o risco de perda financeira resultante de processos legais ou regulatórios, como multas, complementares ou ações judiciais.	Cláusulas contratuais preventivas
RSAC	é o risco de perda financeira e reputacional resultante de questões sociais, ambientais, de Governança e climáticas.	Cláusulas contratuais preventivas (ASG)

O Banco da Amazônia possui normas e políticas internas que visam garantir o adequado funcionamento da empresa, as quais incluem regras para registros contábeis, bem como políticas para lidar com riscos, conflitos de interesse, transações com partes relacionadas, entre outras.

Algumas das políticas internas da instituição que se destacam são:



NORMA DE PROCEDIMENTO
ASPECTOS CONTÁBEIS NO FNO



POLÍTICA DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA



POLÍTICA DE GESTÃO INTEGRADA
DE RISCOS E DE CAPITAL



POLÍTICA DE CONTROLES
INTERNOS



POLÍTICA DE COMPLIANCE



POLÍTICA ANTIFRAUDE E
ANTICORRUPÇÃO

O Basa possui um sistema de controle presente, funcional e aderente às boas práticas de mercado e regulamentações. As demonstrações financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banco, o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa, o que está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), conforme estabelecido na Resolução BACEN nº 130/2021.

A estrutura de governança da instituição inclui a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, o Órgão de Fiscalização e Controle. As unidades internas de governança incluem a Auditoria Interna, a Gerência Executiva de Controles Internos, a Gerência Executiva de Riscos Corporativos, a Corregedoria e a Ouvidoria.

A Gerência Executiva de Contabilidade (GECON) é a responsável pela mitigação de riscos na contabilidade, atuando como a

primeira e segunda linha de defesa. As outras gerências executivas e unidades de negócios são responsáveis pela validação das informações, atuando como a primeira linha de defesa. As esferas de governança citadas atuam como a terceira linha.

Por ser uma companhia aberta, as demonstrações financeiras trimestrais, balanços semestrais e anual da instituição são validados por auditoria externa.

A estrutura de governança do Banco acompanha periodicamente os relatórios de Controles Internos, Auditoria Interna e Auditoria Externa. Todos os membros da Alta Administração estão envolvidos nesse acompanhamento.

Em sua gestão de risco, o Basa segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), cujo art. 56 determina a consolidação de sua estrutura de gerenciamento contínuo e integrada de

riscos e de capital.

A instituição está classificada no Segmento 3 (S3) e possui uma estrutura de gerenciamento de risco e de capital que inclui a Declaração de Apetite por Riscos - RAS (Risk Appetite Statement), Programa de Testes de Estresse (Análise de Sensibilidade), Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital e um CRO (Chief Risk Officer) que se reporta ao Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 28/06/2022, foi aprovada uma nova versão da Política Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) em atendimento à Resolução BACEN 4.943 de 15 de

O Basa possui um Sistema de Controles Internos (SCI) alicerçado no Modelo das três Linhas e alinhado às melhores práticas de mercado, com estrutura de governança sólida, o que contribui para assegurar a atuação de todas as áreas do Banco no aprimoramento dos controles e mitigação de riscos, de acordo com as respectivas competências e responsabilidades.

setembro de 2021. Essa resolução abrangeu dois aspectos importantes:

Primeiramente, houve uma alteração na Resolução CMN 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, com a inclusão de uma seção específica e o aprimoramento das definições e requisitos para gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos.

Além disso, foi estabelecida a nova Resolução CMN 4.945 de 15 de setembro de 2021, que substitui a Resolução CMN 4.327, e trata da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), bem como da implementação de ações para garantir sua implementação de forma efetiva.

Linhas de defesa e suas responsabilidades:



- Gerir riscos e controles para disponibilizar com qualidade o crédito ao cliente;
- Manter as políticas e normas adequadas ao processo de crédito.

- Realizar testes nos controles do processo, observando o cumprimento das políticas e normas de procedimentos;
- Identificar oportunidades de otimização do processo (melhorias).

- Auditar o processo de crédito e recomendar ações corretivas;
- Avaliar a eficácia dos controles baseado nos riscos do processo



3.3. Fatores de risco

1) Fornecedores:

- O Basa adota o plano "Riscos e controles nas Aquisições - RCA" do Tribunal de Contas da União (TCU) para identificar e tratar os riscos relacionados aos fornecedores.
- Foram identificados 36 riscos que poderiam afetar o processo de aquisições e contratações, dos quais 12 foram priorizados como médio e alto risco.
- O Basa implementou planos de ação para mitigar esses riscos e melhorar a eficiência do processo de contratação de fornecedores.
- Além disso, adotou análises de riscos em suas contratações e estabeleceu uma matriz de riscos nos contratos para melhorar a qualidade dos fornecedores e mitigar riscos.

2) Clientes:

- Risco de Inadimplência (elevação da PCLD);
- Recessão global;
- Disrupções tecnológicas;
- Ataques cibernéticos.

3) Regulação dos setores em que a empresa estatal atua:

- Mudanças regulatórias inesperadas que impactem os negócios da Instituição;
- Falta de capacitação e aperfeiçoamento para formação de mão-de-obra multifuncional atualizada.

4) Questões socioambientais:

- Risco legal;
- Risco de modelagem dos riscos socioambientais e climáticos da carteira de crédito;
- Risco de danos à imagem por associação a risco social, ambiental e climático;
- Colapso em infraestruturas críticas para a instituição decorrentes de mudanças climáticas.

5) Decisões judiciais:

- Ações Trabalhistas;
- Ações Fiscais;
- Ações Cíveis;
- CAPAF (Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia).

6) Políticas públicas:

- Risco de desgovernança decorrente de instabilidade política e Risco legal;
- Alterações de regra na gestão ou na disponibilidade do FNO.

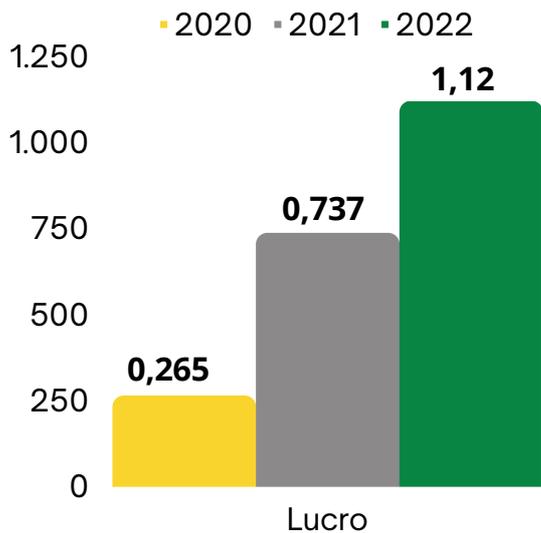
3.4. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

Com práticas sólidas de gestão financeira e investimentos estratégicos, o Basa encerrou mais um ano de resultados positivos. O balanço anual registrou um crescimento significativo nas receitas e redução nas despesas operacionais.

Tais resultados foram impulsionados, principalmente, pela ampliação das linhas de crédito destinadas ao financiamento de projetos em setores prioritários da economia, como a agricultura, a indústria e a infraestrutura. Além disso, a melhoria contínua dos processos internos também contribuiu para o sucesso da instituição.

Esses resultados positivos representam não apenas um reflexo de uma gestão financeira responsável e eficiente, mas também um incentivo para o desenvolvimento econômico e social do Amazônia Legal, por meio do apoio a projetos que geram empregos, renda e progresso.

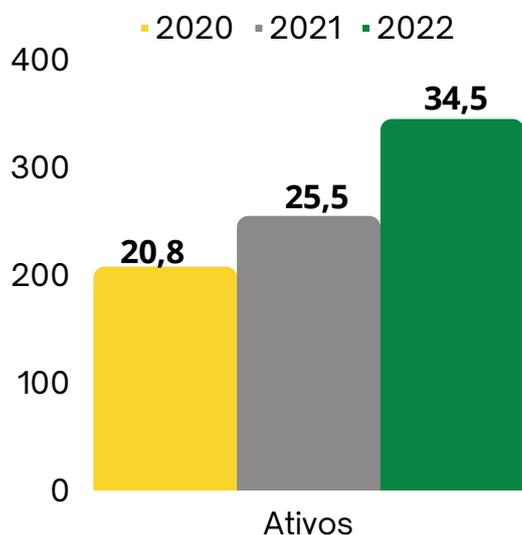
Lucro Líquido (em bilhões)



1,12
bilhões

O maior lucro líquido da nossa história.

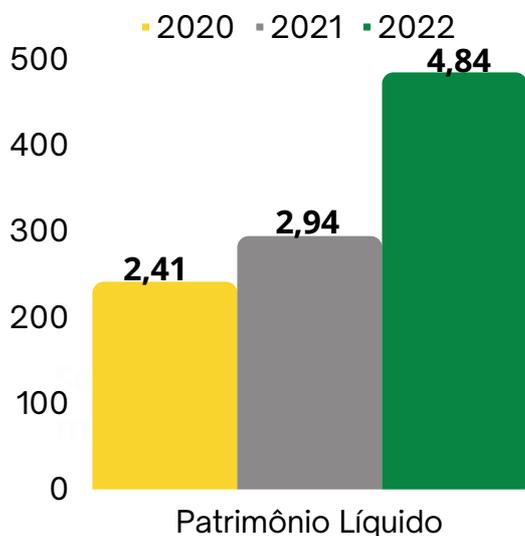
Total de Ativos (em bilhões)



Desde de **2019** alcançando **recordes** de resultados.



Patrimônio Líquido (em bilhões)



4,8

R\$ 1,03 bilhões de aumento do capital social

Em relação aos resultados dos indicadores do Plano de Negócios de 2022, o Basa superou a meta em **33,84%**. Ao levar em conta os pesos atribuídos a cada um dos indicadores, o resultado é ainda melhor, com um aumento de **52,27 pontos percentuais** acima do que foi previsto.

O excelente desempenho foi resultado dos seguintes indicadores estratégicos: Índice de Rentabilidade, que avalia a eficiência financeira da instituição; Índice ASG, que mede a nossa responsabilidade social e ambiental; Índice de Implantação de Políticas Públicas, que avalia o cumprimento das políticas governamentais; Índice de Consecução do PDTI, que mede a avaliação a evolução dos projetos de Tecnologia da Informação (T.I.); e Índice de Satisfação do Cliente, que avalia a satisfação dos clientes com os nossos serviços prestados.

INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO	META DE PONTOS	% CONSECUÇÃO	PONTOS REALIZADOS
Índice de Basileia	Eficácia	13,50	98,48%	13,29
Índice de rentabilidade	Eficácia	18,00	365,04%	65,71
Índice de Agências de Negócios	Eficiência	7,62	149,99%	10,12
Índice de eficiência operacional	Eficiência	6,75	130,10%	8,78
Índice ASG (implantação PRSAC)	Eficácia	12,00	109,79%	13,17
Índice de crescimento do microcrédito	Eficiência	9,00	40,43%	3,64
Índice de implantação das políticas públicas (indicadores FNO)	Eficiência	9,00	113,78%	10,24
Índice de consecução do PDTI	Eficácia	12,50	103,84%	12,98
Índice de contratação digital	Eficiência	7,50	119,21%	8,94
Índice de satisfação dos clientes	Eficiência	5,00	107,72%	5,39



BASA, O PARCEIRÃO DO AGRO NA AMAZÔNIA.

Contrate nossas linhas de crédito verde e conte com as melhores **TAXAS E PRAZOS.**




Em 2022, foi criado o Índice de Implantação de Políticas Públicas (IPP) para medir a eficiência e eficácia do Fundo Constitucional do Norte (FNO). O índice atingiu **116,42%** de execução média, evidenciando superação da meta estipulada para o exercício.

Os principais indicadores cujos resultados foram maiores que as metas e contribuíram para o excelente desempenho do indicador foram: Índice de Aplicação; Índice de Contratação com menor porte, Contratações por Tipologia Prioritária da PNDR e Índice de Concentração do Crédito.

INDICADORES FNO	METAS	REALIZADO (%)	REALIZADO SOBRE A META (%)
Índice de aplicação	100,00%	106,34%	106,34%
Índice de contratações com menor porte	51,00%	86,36%	169,34%
Contratações por Tipologia Prioritária da PNDR	65,00%	76,16%	117,17%
Índice de aplicação Municípios da Faixa de Fronteira	30,01%	25,85%	86,14%
Índice de Concentração do Crédito (ticket médio)	358,00 mm	333,98 mm	193,29%
Índice de Inadimplência (total do Fundo)	3,00%	1,46%	148,67%
Índice de Inadimplência (Risco do Fundo)	3,00%	9,12%	204,00%
Índice de Inadimplência (Risco Compartilhado)	3,00%	1,85%	161,67%
Índice de Inadimplência (total do Fundo) – Res. CMN 2682	3,00%	1,18%	139,33%
Índice de Financiamento com o PRONAF	20,15%	12,52%	62,16%
Índice de Contratação no setor Rural	49,64%	80,71%	162,60%
Índice de Contratação no Setor Não Rural	50,34%	25,62%	50,90%
Índice de Contratações em C, T & I	100,00%	87,45%	87,45%
Índice de repasse de recursos a outras instituições	10,00%	3,09%	30,87%
Índice de Contratações em Projetos de Infraestrutura*	30,00%	7,91%	26,38%

*A meta estabelecida para o indicador de Infraestrutura refere-se ao teto.

3.5. Políticas e práticas de governança corporativa

As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da instituição, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão, sua longevidade e o bem comum.

O Basa dispõe, dentre outros, dos seguintes instrumentos e práticas de governança e gestão: Código de Conduta Ética; Diversidade; Estratégia e Sustentabilidade, Política de Gestão Integrada de Risco.

A Governança Corporativa do Banco da Amazônia se relaciona com o poder e as decisões possibilitando a integração dos pilares Social, Ambiental e Econômico, com base na sustentabilidade.

Nos últimos anos o Banco da Amazônia vem intensificando a melhoria do processo de governança corporativa, a partir da Lei 13.303/2016, e evoluindo padrões de gestão colegiadas e com instâncias de decisão. Diversas políticas foram criadas e/ou revisadas para respaldar este processo de melhoria, dentre as quais é possível destacar:

- Estatuto Social;
- Código de Conduta Ética;
- Política de Governança Corporativa;
- Política de transações com partes relacionadas;
- Política Antifraude e anticorrupção;
- Política de Conflito de Interesses;
- Política Antinepotismo;
- Política de Divulgação e Uso de Informações Sobre Atos ou Fatos Relevantes;
- Política de Indicação e Sucessão de Administradores;
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo.

Prêmio Melhores Práticas de Governança



O Basa vem empreendendo esforços para melhoria em matéria de governança corporativa. Em seis ciclos consecutivos, obteve Nível 1, o maior Indicador de Governança da SEST- IG-SEST.

No 6º Ciclo ocorrido em 2022, recebemos a nota 9,9 no índice de Governança.

3.6. Descrição da composição e da remuneração da administração

Remuneração mensal em 2022, aprovada para os Administradores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal foi:

Valores em R\$ 1,00.

DIRETORIA EXECUTIVA					
Cargo	Presidente	Diretora	Diretor	Diretor	Diretor
Ocupante	Valdecir José de Souza Tose	Luis Otávio Monteiro Maciel Júnior	Fábio Yassuda Maeda	Luis Petrónio Nunes Aguiar	Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Honorário	R\$37.054,64	R\$32.599,92	R\$32.599,92	R\$32.599,92	R\$32.599,92
Gratificação Natalina	R\$37.054,64	R\$32.599,92	R\$32.599,92	R\$32.599,92	R\$32.599,92
Gratificação de Férias	R\$12.351,55	R\$10.866,64	R\$10.866,64	R\$10.866,64	R\$10.866,64
Auxílio Alimentação ¹	R\$10.974,84	R\$10.974,84	R\$10.974,84	R\$10.974,84	R\$10.974,84
Auxílio Moradia(*)	-	-	R\$21.600,00	R\$21.600,00	-
Remuneração Variável(**) ¹	R\$204.741,09	R\$179.746,81	R\$96.647,07	R\$183.620,18	R\$150.115,55

* Benefício somente para aqueles que tiveram de mudar de domicílio para o exercício do cargo.

** Caso sejam alcançadas todas as metas estipuladas pela SEST e já contemplando o bônus por extrapolação de metas de até 2 honorários.

¹ Valor com base anual.

Em dezembro de 2022 assumiram a diretoria do Banco Ana Paula Bulhões no dia 15 e Misael Moreno dos Santos no dia 27. Ambos receberam, respectivamente R\$ 16.299,96 (15 dias) e R\$ 4.346,66 (4 dias), referente aos trabalhos prestados ainda em 2022 como diretores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Cargo	Presidente	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro
Ocupante	Andrea Maria Ramos Leonel	Antônio Carlos Villela Sequeira	Emmanuel Sousa de Abreu	Inálio Vieira Cruz	Erick Alencar de Figueiredo	Fábio Malina Losso	Lauro Arcângelo Zanol	Valdecir José de Souza Tose
Honorário(*)	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09

* Incluindo gratificação natalina (diferida nos meses)

CONSELHO FISCAL									
Cargo	Presidente	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro
Ocupante	Cristiano Beneduzi	Amir George Francis Matta	Guilherme Luiz Bianco	Talita Santana Santos Barcellos	Roberto Beier Lobarinhas	Cristiana Gonçalves Rodrigues	Rodrigo Rodrigues Tiraboschi	Letícia Pedercini Issa Maia	Marcia Ribeiro Abreu
Honorário (*)	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09	R\$3.612,09

* Incluindo gratificação natalina (diferida nos meses)

3.7 Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança)

Certificação "Selo Tesouro Verde"

O Banco adquiriu no início de 2022 a Certificação Selo Tesouro Verde, para certificação de clientes que investem em proteção e preservação de floresta nativa.



Ações efetivas e compromisso na preservação da Amazônia

O Selo Sustentabilidade Tesouro Verde reconhece os investimentos do Banco na proteção e preservação de floresta nativa por meio da aquisição de créditos de floresta, como forma de compensar o uso dos recursos naturais e o impacto direto de suas atividades. Os créditos adquiridos são convertidos em remuneração para a conservação e ampliação de áreas de floresta nativa a quem preserva, e demonstra através de ações efetivas o compromisso do Basa na preservação da Amazônia

Sistema de Avaliação de Risco ASG

Com o objetivo de aprimorar seus processos de análise e de acompanhamento das operações de crédito, o BASA implementou em 2022, o Sistema de Avaliação de Risco ASG.

Com diretrizes relacionadas aos aspectos Sociais, Ambientais e de Governança, a ferramenta avalia o grau de exposição das operações enquadradas quanto ao risco socioambiental e climático, e a partir disso estabelece regras para o acompanhamento dessas operações.

A iniciativa faz parte do conjunto de ações da Política de Responsabilidade socioambiental e Climática - PRSAC do BASA, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento da Amazônia a partir de premissas sustentáveis.

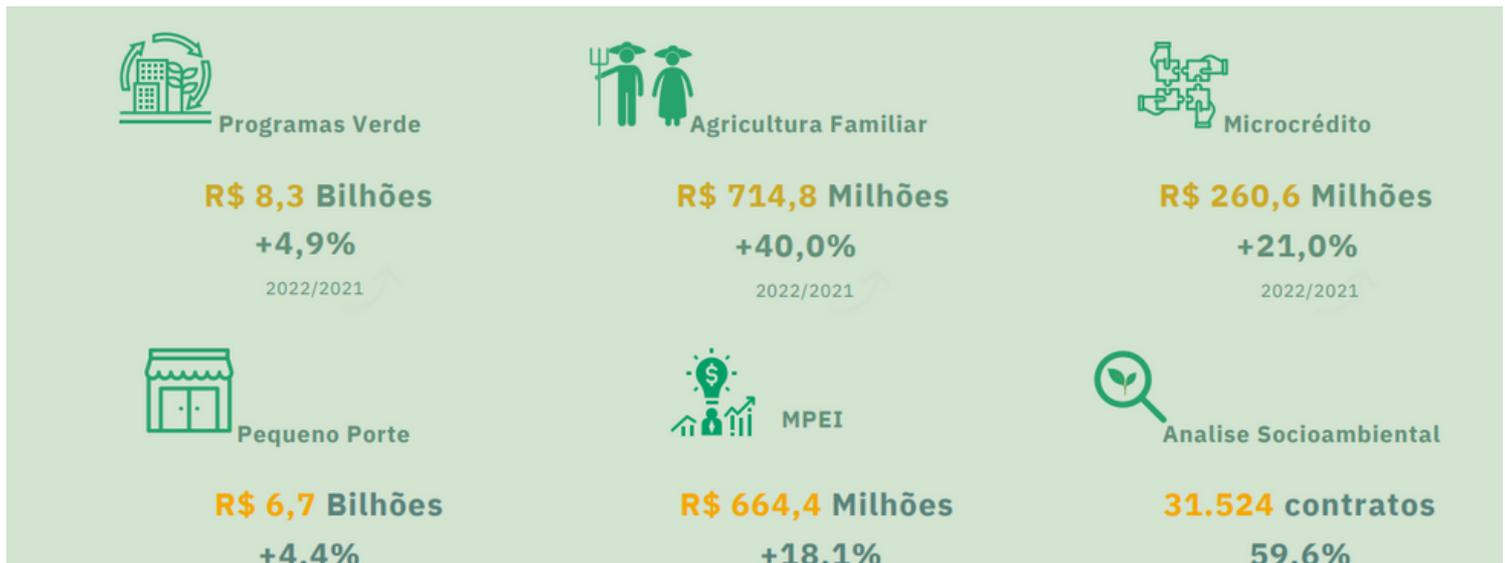
Em 2022 foram avaliadas 24 operações elegíveis na metodologia, que somaram mais de 1,3 bilhão financiado. Dessas operações, apenas uma do segmento não rural apresentou risco ASG de nível médio, enquanto as demais apresentaram risco baixo.

Análises de Risco Sociambiental

Para todas as operações de crédito de fomento do Banco são realizadas análises socioambientais com o auxílio de ferramentas de georreferenciamento.

O Banco da Amazônia vem aperfeiçoando seus mecanismos de avaliação socioambiental de forma a contemplar mais operações na avaliação, e em consequência dar maior segurança no processo de análise das operações de crédito, sobretudo do crédito Rural.

Investimentos no Social



BASA destina R\$ 4 milhões para apoio a fundos da criança, do adolescente e dos idosos

Em 2022, o Basa selecionou 69 entidades ligadas à defesa da criança e do adolescente e 19 que atendem a idosos de oito estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso) para o recebimento de doações.

Foram doados R\$ 4 milhões para essas entidades, transformando a vida de crianças, adolescente e idosos, concretizando efetivamente a nossa agenda social, ambiental e de governança.

O **Basa** distribuiu **80 mil** mudas e sementes de paricá, árvore típica da Amazônia. Realizou ações de **reflorestamento** e promoveu ações de **valorização** e cuidados com o **meio ambiente**.



 **86** contratações **Maior contratação de PCD's dos últimos anos**

R\$ 1,9 Mi em patrocínio
projetos, em áreas urbanas e rurais na Amazônia Legal

R\$ 13,0 Mi

em doações desde 2018

Responsabilidade Social

Realizamos doação recorde de R\$ 4,0 milhões que destinou 1% do Imposto de Renda do exercício aos Fundos de Apoio a Crianças e Adolescentes e a Idosos da Região Amazônica, na forma do artigo 591 do Regulamento do Imposto de Renda. Esta ação ocorre pelo quinto ano consecutivo.

Em 2022, foram selecionadas 69 entidades ligadas à defesa de crianças e adolescentes e 19 que atendem idosos de sete estados da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Tocantins, Rondônia, Pará, Maranhão e Mato Grosso).

As doações são quase o dobro do exercício anterior, cujo valor foi de R\$ 2,4 milhões. O total das doações, desde 2018, já soma mais de R\$ 13,0 milhões de reais. A importância do impacto social que esta ação possui, transforma a vida de diversas crianças, adolescentes e idosos, o que concretiza a agenda social, ambiental e de governança com relação à sustentabilidade da Amazônia.

Campanha MC Dia Feliz



Em 2022, um total de 600 tickets foram adquiridos por empregados, parceiros e clientes, angariando um montante de R\$ 10.800,00.

Em 2021, foi arrecadado o valor de R\$ 8.500,00 reais.

A Campanha beneficiou a “Associação Colorindo a Vida” para a sustentabilidade da Casa Ronald McDonald em Belém, que acolhe crianças e adolescentes em tratamento contra o câncer.

Campanha Círio 2022

Foi arrecadado um total de 20.264 donativos, entre alimentos e materiais de higiene para doá-los a Casa de Plácido e Cruz Vermelha.

Campanha Natal Solidário

Arrecadação total de 8.698 donativos, entre alimentos e brinquedos, beneficiando 20 entidades conveniadas.



BANCO DA AMAZÔNIA



BANCO DA AMAZÔNIA

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BANCO DA AMAZÔNIA S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2022, em conformidade com o inciso I do art. 8º da Lei nº 13.303/2016.

Em 25 de Maio de 2023.

ANDREA MARIA RAMOS LEONEL
Presidente

VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE
Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS VILLELA SEQUEIRA
Conselheiro

MARIA ABADIA DA SILVA ALVES
Conselheira

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

INÁLIO VIEIRA CRUZ
Conselheiro



GERÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO (GPLAN)
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (COPEL)



BANCO DA AMAZONIA
Movimentando a Amazônia. E a sua vida.